



Alan Santos/PR

XP POLÍTICA

A política na semana

21 de julho de 2019

> Diferentes propostas de reforma tributária dominam o debate político, em meio a polêmicas envolvendo os filhos do presidente Jair Bolsonaro

Enquanto o futuro da reforma da Previdência está praticamente selado, faltando a votação em segundo turno na Câmara após o recesso e a tramitação no Senado, o Congresso e o governo passam a discutir os termos de uma nova reforma que tem como alvo o sistema tributário brasileiro. Mais um tema de grande complexidade e controvérsia, que tem como maior desafio a simplificação da cobrança de impostos sem redução da carga tributária, principalmente para estados e municípios.

No intuito de tomar a frente, os presidentes da Câmara e do Senado já patrocinaram duas propostas de emenda à Constituição com foco nas mudanças na tributação que já tramitam nas respectivas Casas. Rodrigo Maia (DEM-RJ), que sai fortalecido da aprovação da reforma da Previdência, dá respaldo à PEC elaborada pelo economista Bernard Appy, que tem como autor o deputado Baleia Rossi (MDB-SP). Já Davi Alcolumbre (DEM-AP) defende a proposta baseada em texto elaborado pelo ex-deputado Luiz Carlos Hauly. Há ainda sobre a mesa sugestões de grupos como Brasil 200 e do Conselho Nacional de Secretários da Fazenda dos governos estaduais. No entanto, a PEC mais esperada é a que está sendo arquitetada

pela equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes.

O fio condutor dos textos é a ideia de criação de um imposto único que substituiria pelo menos cinco outros estaduais e municipais já existentes. As críticas mais frequentes a esse modelo alertam para a eventual necessidade de uma alíquota alta para evitar a queda na arrecadação. Outras características com potencial de criar problemas são a retirada de autonomia dos estados para legislar e fixar alíquotas dos impostos estaduais e municipais e a falta de propostas sobre como tributar a chamada nova economia, principalmente, serviços de streaming e aplicativos de entregas, transporte e aluguéis.

No caso da Câmara a PEC já foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça, e a Comissão Especial – responsável pela análise do mérito – está em funcionamento desde 10 de julho. Segundo Rodrigo Maia, trata-se de um desafio diferente da reforma da Previdência. “A previdenciária unifica a federação e divide a sociedade; já a tributária divide a federação e unifica a sociedade. Nosso desafio é harmonizar essas divergências para que a gente consiga ter um texto que

organize melhor o sistema tributário brasileiro”, afirmou o presidente da Câmara.

No Senado, está menos adiantada a tramitação da PEC, de relatoria do senador Roberto Rocha (PSDB-MA), que aguarda ainda análise pela Comissão de Constituição e Justiça. O plano de Alcolumbre é aprovar uma reforma para tornar menos burocrática a vida de quem produz no país.

Em meio à busca das duas Casas Legislativas por protagonismo, a ansiedade é pela proposta de mudança no sistema tributário que virá da equipe do ministro Paulo Guedes. A especulação da criação de um imposto nos moldes da CPMF tem recebido críticas e obrigou Bolsonaro a negar essa possibilidade. **A reforma tributária de Guedes também prevê a criação de um IVA (Imposto sobre Valor Agregado) e deve ser feita em etapas. A primeira buscará simplificar a cobrança de impostos e tributos federais, reduzir encargos trabalhistas, sem avançar sobre o sistema nos estados e municípios.** Na avaliação de Guedes, as ideias que estão sendo debatidas no governo e no Legislativo são convergentes, mas ele alerta que a União respeita a autonomia de cada estado de ter a própria taxa e tributação, sem prejuízo da possibilidade de quem queira poder acoplar-se ao sistema federal. A expectativa é que o texto seja tornado público ao final do recesso legislativo. O maior obstáculo de qualquer proposta de reforma tributária será o embate entre os interesses dos setores de serviços e da indústria na hora de tornar realidade o conceito de imposto único, que será o mote da reforma.

Polêmicas de Bolsonaro

Entretanto, os senadores terão ainda que cumprir a etapa que lhes cabe na tramitação da reforma da Previdência. A inclusão de estados e municípios nas novas regras previdenciárias é o desafio a ser vencido, por meio de uma PEC paralela que vai tratar apenas desse assunto, enquanto o resto da reforma pode encerrar a tramitação e passar a valer. O ambiente político, todavia, pode ser afetado pelos ruídos provocados pelas declarações recentes do presidente da República. Bolsonaro irritou governadores e parlamentares nordestinos depois de ter vazado nos microfones do Planalto uma frase em que ele se refere à população do

Nordeste como “paraibas”.

Desde a semana passada, repercutiu no Senado a intenção – cada vez mais firme – do presidente de indicar o filho deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) para o cargo de embaixador nos Estados Unidos. É tarefa dos senadores sabatinar e votar a nomeação de embaixadores. Apesar de o governo ter mais apoio no Senado que na Câmara, o voto a favor do filho do presidente será uma moeda corrente nas negociações políticas na Casa nos próximos dias. Uma das medidas que já estão sendo estudadas no Senado é a adoção do voto aberto que, na avaliação dos governistas, pode ajudar na pressão pela aprovação de Eduardo. Lembrando que está previsto na Constituição que tanto a votação quanto a sabatina são secretas.

PEC Câmara dos Deputados

Relator: Aguinaldo Ribeiro (PP-PB)

Elaborada pelo economista Bernard Appy, apresentada por Baleia Rossi (MDB-SP) e defendida por Rodrigo Maia.

Principais mudanças:

Cria o IBS a partir da extinção de tributos federais - IPI, PIS e Cofins - e estaduais e municipais, como ICMS e ISS.

Senado Federal

Relator: Roberto Rocha (PSDB-MA)

Elaborada pelo ex-deputado Luiz Carlos Hauly em conjunto com corpo técnico da Câmara, defendida pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre.

Principais mudanças:

Cria IVA (Imposto sobre Valor Agregado) de competência estadual e o imposto seletivo em âmbito federal. Promete acabar com IPI, IOF, CSLL, PIS/Pasep, Cofins, Salário-Educação, Cide, ICMS.

Flávio a salvo

Os filhos do presidente praticamente dominaram a pauta política na última semana, depois que o presidente do Supremo Tribunal Federal, **Dias Toffoli, determinou a suspensão de todos os processos no país que tenham como base dados fiscais e bancários compartilhados pela Receita, COAF e Banco Central com o Ministério Público, sem autorização prévia da Justiça.** A decisão atende a pedido da defesa do filho 01, senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ), investigado desde o início do ano por movimentações financeiras atípicas envolvendo seu ex-assessor Fabrício Queiroz.

A liminar do presidente do STF se refere a dados bancários e fiscais que vão além da identificação dos titulares das operações bancárias e dos montantes globais e beneficia o senador em um momento crucial das investigações. Terminou no início de julho o prazo dado pela Justiça para que as instituições bancárias enviassem o resultado da quebra de sigilo de mais de 90 alvos ligados ao filho mais velho de Bolsonaro quando era deputado estadual no Rio de Janeiro. A quebra de sigilo foi possível porque o COAF informou ao MP uma sequência de depósitos suspeitos na conta do senador. Depois da autorização judicial, esses dados já começaram a chegar no inquérito sigiloso que, pela decisão de Toffoli, não poderá avançar. A suspeita do Ministério Público é de um esquema conhecido como "rachadinha", quando os funcionários do gabinete repassam ao parlamentar parte dos salários.

O impacto da decisão no sistema de investigação e punição de crimes de lavagem de dinheiro e organizações criminosas é considerado "catastrófico". A expectativa é que aos poucos uma das vozes contrárias a essa decisão seja a do próprio ministro da Justiça, Sergio Moro, que está em uma posição difícil, dividido entre alertar para os riscos no combate ao crime organizado e desagradar o presidente da República.

A justificativa do presidente do STF para suspender centenas de investigações em todo o Brasil foi a necessidade de imprimir segurança jurídica aos casos que poderiam ser modificados dependendo da decisão futura da Corte sobre esse assunto. As reações vieram de diversos lados: a Polícia Federal anunciou que vai parar todas as investigações que se enquadrem na determinação de Toffoli, incluindo

as apurações sobre tráfico de drogas. O movimento foi lido como uma reação velada do ministro da Justiça, Sergio Moro, que reservadamente se preocupa com as consequências da decisão do presidente do Supremo para o sistema brasileiro de combate à lavagem de dinheiro e às organizações criminosas. Uma crítica frequente é a de que o trabalho do COAF é uma prática difundida em diversos países, fruto de um acordo internacional do qual o Brasil é signatário e que tem como objetivo o combate ao crime organizado.

A suspensão vale até que seja julgado pelo plenário se o Ministério Público pode usar como prova dados fiscais e bancários obtidos sem autorização do juiz. O tema está previsto na pauta do dia 21 de novembro, mas as reações de partidos políticos, do MPF e de dentro do próprio STF já foram sentidas pelo presidente Toffoli, que admitiu adiantar o julgamento para colocar o assunto em pauta no início do segundo semestre. Nesse tema, o apoio a Toffoli dentro da Corte deve vir dos ministros Gilmar Mendes e Marco Aurélio Mello.

“Se o detalhamento é feito sem a participação do judiciário, qualquer cidadão está sujeito a um vasculhamento na sua intimidade. E isso é uma defesa do cidadão.”

Dias Toffoli, presidente do Supremo Tribunal Federal

XP POLÍTICA

Daniel Cunha
Estrategista Macro

Paulo Gama
Analista Político

Debora Santos
Analista Política

Sol Azcune
Analista Política



@orichardback

Richard Back
Analista Político Chefe

Victor Scalet
Analista Político

Erich Decat
Analista Político

Alexandre Maluf
Marina Pera



@opaulogama



XP Frequência Política

Disclaimer

1) Este relatório foi preparado pela XP Investimentos CCTVM S.A. ("XP Investimentos") e não deve ser considerado um relatório de análise para os fins do artigo 1º da Instrução CVM nº 483, de 6 de julho de 2010.

2) Este relatório tem como objetivo único fornecer informações macroeconômicas e análises políticas, e não constitui e nem deve ser interpretado como sendo uma oferta de compra/venda ou como uma solicitação de uma oferta de compra/venda de qualquer instrumento financeiro, ou de participação em uma determinada estratégia de negócios em qualquer jurisdição. As informações contidas neste relatório foram consideradas razoáveis na data em que ele foi divulgado e foram obtidas de fontes públicas consideradas confiáveis. A XP Investimentos não dá nenhuma segurança ou garantia, seja de forma expressa ou implícita, sobre a integridade, confiabilidade ou exatidão dessas informações. Este relatório também não tem a intenção de ser uma relação completa ou resumida dos mercados ou desdobramentos nele abordados. As opiniões, estimativas e projeções expressas neste relatório refletem a opinião atual do responsável pelo conteúdo deste relatório na data de sua divulgação e estão, portanto, sujeitas a alterações sem aviso prévio. A XP Investimentos não tem obrigação de atualizar, modificar ou alterar este relatório e de informar o leitor.

3) O responsável pela elaboração deste relatório certifica que as opiniões expressas nele refletem, de forma precisa, única e exclusiva, suas visões e opiniões pessoais, e foram produzidas de forma independente e autônoma, inclusive em relação a XP Investimentos.

4) Este relatório é destinado à circulação exclusiva para a rede de relacionamento da XP Investimentos, incluindo agentes autônomos da XP e clientes da XP, podendo também ser divulgado no site da XP. Fica proibida a sua reprodução ou redistribuição para qualquer pessoa, no todo ou em parte, qualquer que seja o propósito, sem o prévio consentimento expresso da XP Investimentos.

5) A XP Investimentos não se responsabiliza por decisões de investimentos que venham a ser tomadas com base nas informações divulgadas e se exime de qualquer responsabilidade por quaisquer prejuízos, diretos ou indiretos, que venham a decorrer da utilização deste material ou seu conteúdo.

6) A Ouvidoria da XP Investimentos tem a missão de servir de canal de contato sempre que os clientes que não se sentirem satisfeitos com as soluções dadas pela empresa aos seus problemas. O contato pode ser realizado por meio do telefone: 0800 722 3710.

7) Para maiores informações sobre produtos, tabelas de custos operacionais e política de cobrança, favor acessar o nosso site: www.xpi.com.br.